

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S/A

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2000 OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

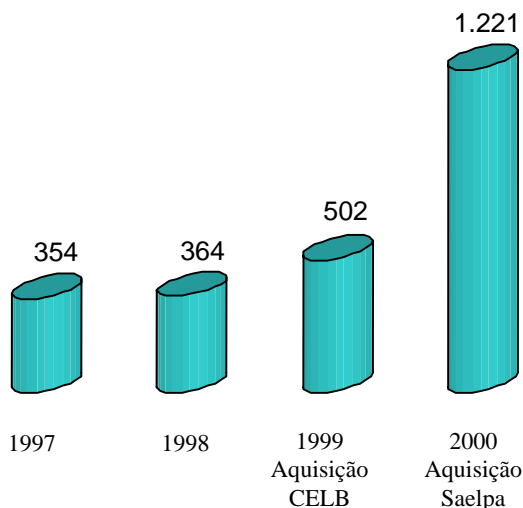
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório das nossas atividades e os resultados referentes a 2000, acompanhados das Demonstrações Contábeis correspondentes.

1. Expansão da área de atuação e mercado de energia elétrica

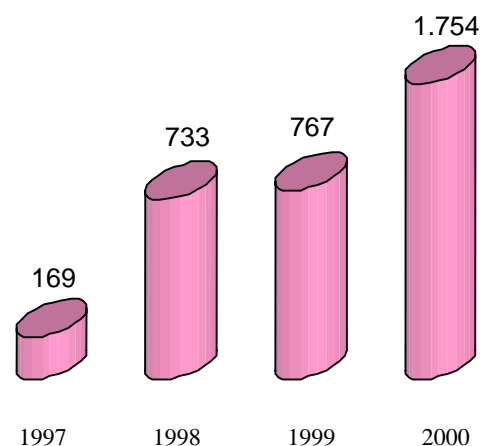
Fechamos o século e iniciamos o novo milênio com importantes realizações. Em leilão de privatização realizado em 30 de novembro, a controlada de propósito específico Ppart-SE 2 Ltda adquiriu por R\$ 363 milhões o equivalente a 87,6 % do capital votante e 74,3 % do capital total da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa, que atua em 216 municípios do Estado da Paraíba, numa área de 54.595 Km², com aproximadamente 720 mil consumidores. Com essa aquisição, passamos a atender também a todo Estado da Paraíba, pois já atuávamos lá em outros seis municípios com 119 mil consumidores na região de Campina Grande, através da controlada CELB – Companhia Energética da Borborema, adquirida em novembro de 1999.

Assim, ao final de 2000, registramos uma responsabilidade de atendimento a 1,2 milhão de consumidores nos Estados de Sergipe e Paraíba. Com as aquisições da CELB e Saelpa, a base de consumidores mais do que triplicou e os ativos consolidados da Energipe atingiram R\$ 1.754 milhões, um crescimento de 10,4 vezes da base existente em 1997, ano da sua privatização. Por sua vez, o patrimônio líquido cresceu de R\$ 96,8 milhões para R\$ 436,6 milhões, ou seja, 4,5 vezes.

Evolução da Base Consolidada de Consumidores
(Em mil)



Evolução dos Ativos Totais Consolidados
(Em R\$ milhões)



O consumo de energia elétrica nas áreas de concessão da Energipe, CELB e Saelpa mostrou um comportamento abaixo das expectativas, principalmente nas regiões atendidas pela Energipe e Saelpa. Além do nível de renda declinante e da desaceleração econômica, tais mercados foram também fortemente influenciados por fatores climáticos e pelas conseqüências dos programas voltados ao combate de fraudes e desvios de energia. Ainda assim, as vendas de energia elétrica da Energipe, CELB e Saelpa nos seus mercados próprios registraram um aumento médio de 3,2 % em relação a 1999. O consumo de energia na área de concessão da CELB foi o destaque, com um aumento de 5,8 % no volume comercializado. Nos mercados da Energipe e Saelpa as vendas cresceram, respectivamente, 3,2 % e 2,6 %.

Os indicadores operacionais, a seguir apresentados, da Energipe e de suas controladas atestam o potencial de geração de caixa e de lucros consolidados futuros:

Indicadores operacionais - Exercício 2000

Descrição	Energipe	CELB	Saelpa	Total
Área de concessão (Km ²)	17.419	1.789	54.595	73.803
Nº de consumidores	382.571	118.499	719.708	1.220.778
Nº de empregados	624	199	1.304	2.127
Vendas ao mercado próprio (GWh)	1.788	511	2.074	4.373
. Residencial	469	125	720	1.314
. Industrial	735	262	629	1.626
. Comercial	257	70	304	631
. Outras classes	328	53	421	802
Perdas totais de energia (%)				
. Do Sistema Elétrico	14,3	11,1	27,4	-
. Da Rede Básica	3,3	3,3	3,3	-
DEC	15,66	15,54	34,13	-
FEC	13,50	15,15	26,11	-
Crescimento das vendas (% s/ 1999)	3,2	5,8	2,6	3,2
. Residencial	(0,2)	3,8	0,6	0,6
. Industrial	6,0	8,1	3,2	5,2
. Comercial	4,8	8,6	13,5	9,3
. Outras classes	1,2	(3,3)	(1,9)	(0,7)
Receita op. Bruta (R\$ mil)	226.707	58.882	310.829	321.476 (*)
Crescimento da receita bruta (%)	15,5	15,5	26,5	60,3 (*)

(*) Refere-se ao consolidado e não ao somatório das três empresas.

A receita operacional bruta consolidada da Energipe em 2000, embora influenciada apenas por um mês de receita da Saelpa, deu um salto de 60,3 % em relação ao resultado de 1999, atingindo R\$ 321.476 mil, para um volume consolidado de vendas totais de energia de 2.784 GWh (43,4 % maior do que em 1999). Ressalte-se, ainda, que no resultado consolidado de 1999 estão computadas apenas as receitas de dezembro da CELB.

2. Aspectos Administrativos

... Na Energipe:

As bases que construímos com muito trabalho e dedicação dão, hoje, à Energipe um suporte maior para enfrentar os desafios impostos pelas contínuas transformações econômicas e sociais mundiais e, paralelamente cumprir o compromisso de melhorar, cada vez mais, a qualidade dos serviços prestados aos 383 mil consumidores distribuídos pelos mais de 17 mil km² no Estado de Sergipe.

Assim, concluímos o processo de centralização na sede da empresa de todos os escritórios administrativos, oficinas e similares, antes dispersos em Aracaju. Ainda para otimizar a grande área que a empresa ocupa às margens do Rio Poxim, construímos um novo centro de treinamento, com modernas instalações, visando um intenso programa de desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades para os empregados, resultando, em 2000, em quase 44 mil homens-hora treinados (4 % da força de trabalho da empresa).

Enfatizando o relacionamento com os consumidores, aperfeiçoamos os sistemas computacionais da empresa, visando diminuir o tempo de atendimento comercial e, principalmente, ao criar uma Diretoria Adjunta Comercial, específica para atuação na área, aprimorar os serviços e reduzir os níveis de inadimplência e casos de auto-religação e/ou ligações clandestinas. Descentralizamos o atendimento aos consumidores, inaugurando várias agências na capital e no interior do Estado e implantamos o sistema de atendimento gratuito pelo sistema 0800. Numa atitude inédita e inovadora, também iniciamos um contato direto com os consumidores, fazendo chegar a cada um deles um informativo trimestral, denominado Luz Total, um jornal com informações sobre as realizações da empresa e a melhor utilização da energia elétrica.

Também instalamos uma nova oficina eletromecânica, com 2.000 m², para atender a toda a demanda da empresa, bem como dos consumidores atendidos em alta tensão, no que tange à manutenção de equipamentos elétricos. Concluímos os serviços de automação das subestações de energia elétrica localizadas na capital e reformulamos completamente o Centro de Operação do Sistema e o Centro de Operação da Distribuição, com novas instalações e equipamentos de última geração.

Essas e outras realizações da Energipe no exercício resultaram em investimentos de R\$ 32.122 mil, ou seja, 30 % a mais que o montante investido em 1999.

... Na CELB:

A CELB passou por uma profunda reformulação estrutural, dando ênfase à implantação de novos sistemas computacionais, desenvolvidos em linguagem de última geração, o que proporcionou mais agilidade e confiabilidade nas informações e maior eficiência no atendimento aos seus consumidores, com menores custos.

A empresa encerrou o ano com 196 empregados no seu quadro de pessoal, contra 271 em 1999, diferença que traduz, por um lado, o resultado do PDV - Programa de Desligamento Voluntário, concluído em abril de 2000, com 106 adesões, e, por outro lado, as admissões efetivadas para suprir carências de recursos humanos em algumas áreas operacionais.

Ao longo do exercício, a CELB inaugurou várias agências de atendimento ao público em pontos estratégicos de Campina Grande e, numa atitude inovadora, passou, também, a atender aos seus

consumidores num escritório móvel, totalmente equipado com recursos necessários ao bom atendimento aos seus clientes.

Ainda para facilitar a comunicação, a empresa instalou uma nova e moderna central telefônica com o atendimento gratuito pelo sistema 0800 em toda a sua área de concessão, bem como passou a editar, trimestralmente, o informativo “Luz Total”, um jornal com informações úteis para todos os seus consumidores.

Em 2000, foi construído um novo alimentador de energia elétrica, com extensão de 20 Km, o que proporcionou uma grande melhoria no serviço fornecido ao distrito de São José da Mata e toda a região vizinha. Da mesma forma, e consistente com o seu programa de investimentos, a CELB automatizou a Subestação Catolé, visando maior rapidez na solução dos problemas e menos interrupções no fornecimento de energia elétrica.

A empresa, também, deu início aos trabalhos de automação de toda a sua rede de distribuição de energia elétrica com um moderno sistema de gerenciamento, que permitirá o detalhamento e o monitoramento de todas as suas instalações elétricas, tendo concluído, ao final do exercício, a primeira etapa do programa com a implantação de 11 chaves telecomandadas.

Dentre outras ações implementadas pela empresa ao longo de 2000, destaca-se, pela especial importância, a intensificação dos programas de eletrificação de áreas de baixa renda dos municípios atendidos, o que permitiu que 1.200 famílias pudessem ter o benefício do uso da energia elétrica.

Essas e outras realizações da CELB no exercício resultaram em investimentos de R\$ 9.903 mil, ou seja, 4,3 vezes maiores que os de 1999.

Os esforços da empresa vêm sendo reconhecidos pelas comunidades a que atende e pela conquista do prêmio de melhor empresa de energia elétrica do Nordeste, versão 2000, uma distinção conferida pela principal entidade do setor, a Abradee - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica.

... Na Saelpa

Em quase todo o exercício de 2000, a Saelpa teve a sua gestão compartilhada entre o Governo do Estado da Paraíba e a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, que deram início a uma reestruturação organizacional, visando melhorar a eficiência de todos os processos operacionais e a produtividade na Companhia. A redução do número de empregados vem sendo gradualmente implementada. A Saelpa iniciou o exercício com 1.379 empregados e ao término do ano apresentava um efetivo de 1.304 empregados.

A nova administração está dando continuidade à modernização da empresa, com o estabelecimento de uma política voltada para proporcionar aos seus consumidores um padrão cada vez melhor de atendimento e qualidade dos serviços prestados, com menores custos. Em 2000, os investimentos da Saelpa totalizaram R\$ 12.463 mil.

3. Resultados econômico-financeiros

Em 2000, a geração consolidada de caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 68.504 mil, contra R\$ 46.707 mil em 1999, ou seja, 47 % maior. Entretanto, devido basicamente aos atrasos da Aneel

em efetuar os repasses nas tarifas dos custos setoriais não controláveis, a margem de EBITDA (geração de caixa / receitas operacionais líquidas) reduziu-se em 2,6 pontos percentuais, passando de 28,8 %, em 1999, para 26,2 %, em 2000.

A Energipe e suas controladas realizaram, com sucesso, negociações junto à Aneel e com suas supridoras visando o processo de concatenação das datas de reajustes das tarifas de fornecimento e de suprimento de energia. Isso significa que o reajuste das tarifas de fornecimento e suprimento passará a ocorrer na mesma data, eliminando-se, portanto, o descompasso financeiro causado pelas diferentes datas de reajuste.

Em 2000, as tarifas de fornecimento e compra de energia elétrica da Energipe e de suas controladas foram assim reajustadas:

Empresa	Reajustes de Tarifas em 2000			
	Fornecimento		Compra	
	(%)	Vigência	(%)	Vigência
Energipe	9,96	20/04	9,80	28/08
CELB	-	-	9,89	28/08
Saelpa	9,19	28/08	9,84	28/08

Por sua vez, o lucro líquido foi de R\$ 11.761 mil, o que representa R\$ 262,94 por ação do capital social, contra um prejuízo consolidado de R\$ 10.181 mil em 1999. Cabe ainda salientar que os resultados consolidados de 2000 estão afetados por provisões para devedores duvidosos, relativas a contas a receber de consumidores, no montante de R\$ 13.756 mil.

Como conseqüência, o patrimônio líquido da Energipe, em 31 de dezembro, deduzido dos "Recursos destinados a aumento de capital", atingiu R\$ 436.646 mil, ou seja, R\$ 9.762,03 por ação.

4. Atuação na Comunidade

O desenvolvimento de atividades para maior integração com a comunidade é uma preocupação constante da Energipe, que investe na arte e na cultura popular. A seguir, algumas iniciativas bem-sucedidas em 2000: o Programa de Educação Ambiental “A Natureza da Paisagem”, beneficiando cerca de 40.000 estudantes; patrocínio e exposição de obras de diversos pintores sergipanos; as promoções de visitas de estudantes às instalações da empresa; a recuperação e reinauguração do painel “Os Primeiros Habitantes de Sergipe”, do artista plástico sergipano Jenner Augusto; a preservação de vários locais de lazer do sergipano e as participações nos eventos festivos da região, em especial nas comemorações natalinas, uma das quais se destacou nacionalmente: a árvore de Natal da Energipe, a mais alta já erguida em todo o mundo, com 83 metros de altura e cerca de 25 mil lâmpadas.

A seguir, informações relativas ao desempenho econômico-social da controladora Energipe:

Balanço Social

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2000	1999
1.1 - Receita Operacional Líquida	183.737	158.321
1.2 - Resultado Operacional	(4.125)	(18.355)
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	27.396	25.954
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	1.138	1.050
2.2 - Encargos Sociais	6.035	5.636
2.3 - Previdência Privada	1.283	1.146
2.4 - Saúde	327	161
2.5 - Educação	250	166
2.6 - Participação nos Resultados	-	-
2.7 - Outros Benefícios	149	197
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	9.182	8.356
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	43.073	36.176
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	581	231
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	38	-
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	2.491	341
3.5 - Programa Luz no Campo	779	-
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	46.962	36.748
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - N° de empregados ao final do período	624	599
4.2 - N° de admissões durante o período	30	11

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2000 e 1999**
(em milhares de reais)

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	226.707	196.217
Receitas não operacionais	373	4.263
Menos:		
Insumos		
Custo da energia comprada	91.018	73.739
Serviços de terceiros	11.671	6.997
Materiais	3.885	2.856
Outros custos operacionais	14.961	5.056
	<u>121.535</u>	<u>88.648</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>105.545</u>	<u>111.832</u>
Quotas de reintegrações	10.497	9.708
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>95.048</u>	<u>102.124</u>
Equivalência patrimonial	3.038	156
Amortização de ágio	(12.947)	(7.427)
Receitas financeiras	13.575	1.274
IR e contribuição social diferida	15.952	4.766
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>114.666</u>	<u>100.893</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	23.600	22.263
Governos: (impostos, taxas e contribuições)	43.073	30.806
Transferências intra-setoriais	8.656	5.126
Juros	26.993	47.662
Aluguéis	583	458
Lucro (prejuízo) do exercício	11.761	(10.188)
	<u>114.666</u>	<u>100.893</u>

A Administração.

Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 (Em milhares de reais)

ATIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
CIRCULANTE				
Numerário disponível	2.881	713	7.653	1.767
Aplicações no mercado aberto	5.892	-	30.973	1.557
Consumidores e concessionárias	59.271	50.875	218.653	58.469
Títulos de créditos a receber	7.223	4.462	39.921	5.831
Outros créditos	-	854	3.365	1.527
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.722)	(1.264)	(97.669)	(2.074)
Estoques	1.377	1.341	4.513	1.487
Impostos a recuperar	5.012	2.264	10.503	2.347
Despesas pagas antecipadamente	77	56	141	71
	68.011	59.301	218.053	70.982
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos e cauções vinculados	16.148	7.780	24.347	8.058
Créditos com empresas ligadas	237.925	4.635	45.126	2.488
Créditos tributários	26.350	4.902	117.030	6.728
Títulos de créditos a receber	-	-	64.562	2.457
Outros	4.938	4.724	9.327	7.071
	285.361	22.041	260.392	26.802
PERMANENTE				
Investimentos	3.252	211	366.454	76.853
Imobilizado	693.180	684.563	907.234	708.477
Diferido	800	1.040	1.702	1.040
	697.232	685.814	1.275.390	786.370
TOTAL DO ATIVO	1.050.604	767.156	1.753.835	884.154

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
 (Em milhares de reais)

PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
CIRCULANTE				
Fornecedores	11.679	9.614	33.994	12.391
Folha de pagamento	49	79	2.102	448
Tributos e contribuições sociais	4.093	4.392	54.156	7.006
Juros sobre o capital próprio/dividendos	51	51	545	481
Encargos de dívidas	1.220	9.111	1.705	9.111
Empréstimos e financiamentos	57.730	61.227	325.115	73.002
Obrigações estimadas	2.634	2.140	6.099	3.934
Encargos do consumidor a recolher	732	3.354	2.791	3.354
Outros	2.564	47	9.102	537
	80.752	90.015	435.609	110.264
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos e financiamentos	204.963	166.942	277.616	244.789
Imposto de renda diferido	-	-	888	1.067
Coligadas e controladas	16.012	50.954	13.131	50.995
Tributos e contribuições sociais	4.980	1.379	104.215	2.854
Provisão para contingências	19.419	11.766	112.240	14.346
Provisão de déficit atuarial (plano de pensão)	12.647	-	46.553	-
Outros	3	17	817	440
	258.024	231.058	555.460	314.491
Obrigações vinculadas à concessão	14.993	12.724	34.877	22.192
	273.017	243.782	590.337	336.683
Participação minoritária	-	-	31.054	3.848
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	437.815	437.815	437.815	437.815
Reservas de capital	3.349	3.349	3.349	3.349
Prejuízos acumulados	(4.518)	(7.805)	(4.518)	(7.805)
	436.646	433.359	436.646	433.359
Recursos destinados a aumento de capital	260.189	-	260.189	-
	696.835	433.359	696.835	433.359
TOTAL DO PASSIVO	1.050.604	767.156	1.753.835	884.154

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	213.910	188.881	294.078	193.077
Suprimento	9.912	6.161	23.547	6.161
Outras receitas	2.885	1.175	3.851	1.309
	<u>226.707</u>	<u>196.217</u>	<u>321.476</u>	<u>200.547</u>
Deduções à receita operacional				
Quotas para reserva global de reversão - RGR	2.524	2.324	2.963	2.440
Icms faturado	32.160	28.581	44.980	29.227
Pis e Cofins	8.286	6.991	11.580	6.706
	<u>42.970</u>	<u>37.896</u>	<u>59.523</u>	<u>38.373</u>
Receita operacional líquida	<u>183.737</u>	<u>158.321</u>	<u>261.953</u>	<u>162.174</u>
Despesas operacionais				
Pessoal	23.600	22.263	35.910	23.127
Material	3.885	2.856	4.338	2.964
Serviços de terceiros	11.671	6.997	16.909	7.542
Energia elétrica comprada para revenda	77.534	67.387	106.838	68.897
Transporte de potência elétrica	13.484	6.352	19.171	6.641
Depreciação e amortização	10.497	9.708	13.583	9.854
Quota para conta de consumo de combustível	6.132	2.802	8.642	2.802
Outras despesas	15.106	4.652	18.576	4.779
	<u>161.909</u>	<u>123.017</u>	<u>223.967</u>	<u>126.606</u>
Resultado do serviço	<u>21.828</u>	<u>35.304</u>	<u>37.986</u>	<u>35.568</u>
Receitas (despesas) financeira:				
Renda de aplicações financeiras	10.895	303	24.199	328
Variação monetária e acréscimo moratório de contas de energia vendida	2.680	971	3.179	1.009
Encargos de dívidas	(30.972)	(47.010)	(47.926)	(48.518)
Juros sobre capital próprio	-	-	(122)	(182)
Outras	1.352	(652)	(550)	(229)
	<u>(16.045)</u>	<u>(46.388)</u>	<u>(21.220)</u>	<u>(47.592)</u>
Equivalência patrimonial	3.038	156	-	-
Amortização de ágio	(12.947)	(7.427)	(14.171)	(7.427)
Resultado operacional	<u>(4.126)</u>	<u>(18.355)</u>	<u>2.595</u>	<u>(19.451)</u>
Receitas não operacionais	373	4.263	581	4.264
Despesas não operacionais	(438)	(862)	(888)	(866)
Lucro (prejuízo) antes da contrib. social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>(4.191)</u>	<u>(14.954)</u>	<u>2.288</u>	<u>(16.053)</u>
Contribuição social	2.763	1.229	1.548	1.545
Imposto de renda	13.189	3.537	10.060	4.493
Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>11.761</u>	<u>(10.188)</u>	<u>13.896</u>	<u>(10.015)</u>
Participações dos administradores	-	-	(119)	-
Participação minoritária	-	-	(2.138)	(348)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>11.761</u>	<u>(10.188)</u>	<u>11.639</u>	<u>(10.363)</u>
Reversão de juros sobre o capital próprio	-	-	122	182
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>11.761</u>	<u>(10.188)</u>	<u>11.761</u>	<u>(10.181)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$	<u>262,94</u>	<u>(0,23)</u>		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Recursos destinados a aumento de capital	Total	
	Capital Social	Subvenção de investimentos	Remuneração de imobilizações em curso	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados			Subtotal
Saldos em 1º de janeiro de 1999	437.815	2.102	1.389	64	2.319	-	443.689	-	443.689
Reversão de remuneração das Imobilizações em curso	-	-	(142)	-	-	-	(142)	-	(142)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(10.188)	(10.188)	-	(10.188)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(64)	(2.319)	2.383	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 1999	437.815	2.102	1.247	-	-	(7.805)	433.359	-	433.359
Déficit atuarial registrado conforme Deliberação CVM nº 371	-	-	-	-	-	(12.647)	(12.647)	-	(12.647)
Créditos tributários sobre déficit atuarial	-	-	-	-	-	4.173	4.173	-	4.173
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	260.189	260.189
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.761	11.761	-	11.761
Saldos em 31 de dezembro de 2000	437.815	2.102	1.247	-	-	(4.518)	436.646	260.189	696.835

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
Oigens de recursos				
Das Operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.761	(10.188)	11.761	(10.181)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Equivalência patrimonial	(3.038)	(156)	-	-
Depreciação e amortização	10.497	9.708	13.583	9.854
Participação minoritária	-	-	2.138	348
Amortização de ágio	12.947	7.427	14.171	7.427
Juros e variação monetária de itens de longo prazo	5.586	23.962	8.719	25.118
Valor residual das baixas do ativo permanente	300	751	630	939
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.952)	(4.766)	(11.608)	(6.038)
Provisão para contingências	7.653	5.464	9.364	7.794
Outras	-	(637)	149	(637)
	<u>29.754</u>	<u>31.565</u>	<u>48.907</u>	<u>34.624</u>
Dos acionistas				
Recursos destinados a aumento de capital	260.189	-	260.189	-
	<u>260.189</u>		<u>260.189</u>	
De terceiros				
Financiamentos captados	93.850	12.434	104.570	98.882
Contribuição de consumidores	2.269	896	4.372	896
Aumento do exigível a longo prazo	-	-	3.069	-
Benefício de IRPJ e CSSL sobre juros sobre o capital próprio registrado no patrimônio líquido da controlada indireta	-	-	-	248
Capital circulante de empresas adquiridas	-	-	3.686	291
	<u>96.119</u>	<u>13.330</u>	<u>115.697</u>	<u>100.317</u>
	<u>386.062</u>	<u>44.895</u>	<u>424.793</u>	<u>134.941</u>
Aplicações de recursos				
No investimentos	3	51	76.527	11.069
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	290.644	76.709
No imobilizado	32.122	24.367	44.172	24.367
No diferido	-	1.200	950	1.200
Aumento no realizável a longo prazo	2.318	9.699	47.628	9.273
Recursos destinados a futuro aumento de capital	237.924	-	-	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	95.722	57.413	143.024	68.837
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	122	182
	<u>368.089</u>	<u>92.730</u>	<u>603.067</u>	<u>191.637</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>17.973</u>	<u>(47.835)</u>	<u>(178.274)</u>	<u>(56.696)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido:				
Ativo circulante -				
No início do exercício	59.301	50.767	70.982	62.764
No fim do exercício	<u>68.011</u>	<u>59.301</u>	<u>218.053</u>	<u>70.982</u>
	<u>8.710</u>	<u>8.534</u>	<u>147.071</u>	<u>8.218</u>
Passivo circulante -				
No início do exercício	90.015	33.646	110.264	45.350
No fim do exercício	<u>80.752</u>	<u>90.015</u>	<u>435.609</u>	<u>110.264</u>
	<u>(9.263)</u>	<u>56.369</u>	<u>325.345</u>	<u>64.914</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>17.973</u>	<u>(47.835)</u>	<u>(178.274)</u>	<u>(56.696)</u>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999**

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Empresa Energética de Sergipe S.A. - Energipe é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que atende a 63 municípios no Estado de Sergipe, especificamente a 382.571 consumidores (não auditado).

A Energipe, através da sua controlada Pbpart Ltda, adquiriu, em leilão público realizado na bolsa de valores do Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1999 o controle acionário (84,92% do capital votante e 75,26% do capital total) da Companhia Energética da Borborema – CELB e através da sua controlada indireta Pbpart - SE 2 Ltda., adquiriu, em leilão público realizado na bolsa de valores do Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 2000 o controle acionário (87,63% do capital votante e 74,29% do capital total) da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA.

A CELB e a SAELPA são concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, atendendo a todo o Estado da Paraíba, especificamente 838.207 consumidores (não auditado).

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3 Principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e estão registradas pelo valor da cota na data do balanço;
- b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 considerando todas as contas a receber vencidas há mais de 180 dias, deduzidas das negociadas até o encerramento do balanço, critério considerado pela Administração da Companhia suficiente para fazer face a eventuais perdas com o contas a receber. Este procedimento resultou em uma provisão de R\$13.722 (R\$97.669 no consolidado). Se o mesmo critério tivesse sido adotado no exercício anterior, a provisão em 31 de dezembro de 1999 teria sido aumentada em R\$7.861 na controladora e no consolidado;
- c) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede o seu valor de mercado;
- d) Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos dessas empresas em 31 de dezembro de 2000. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
Os ágios pagos nas aquisições dos controles acionários das controladas indiretas CELB e SAELPA, estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções dos resultados dessas concessionárias, ou

seja, CELB, nos próximos 30 anos a partir de janeiro de 2000 e SAELPA linearmente em 30 anos a partir de dezembro de 2000. Em 31 de dezembro de 2000, os saldos a amortizar desses ágios são R\$76.506 e R\$289.623 respectivamente;

- e) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.

O ágio decorrente da incorporação da Catleo Distribuidora Ltda. pela Energipe, registrado no imobilizado, está sendo amortizado pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções de resultado desta concessionária nos próximos 30 anos a partir de abril de 1998. Em 31 de dezembro de 2000, o saldo a amortizar deste ágio é de R\$514.641 (R\$527.588 em 1999);

- f) Em função do disposto nas Instruções Gerais nºs 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado pelas controladas CELB (exercício de 1999) e SAELPA (exercício de 2000), para os juros computados sobre o capital próprio, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica. A partir do exercício de 2000 a Companhia e sua controlada indireta CELB, deixaram de calcular juros sobre capital próprio;
- g) O diferido está representado pelo custo de aquisição de sistema integrado, corporativo de planejamento e gestão de recursos, e será amortizado pelo prazo de 5 anos, conforme determinação do Poder Concedente;
- h) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- i) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% determinado pela legislação vigente. A contribuição social foi calculada às alíquotas de 8% até abril de 1999, de 12% até janeiro de 2000 e a 9% a partir de fevereiro até o encerramento do exercício. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Deliberação CVM 273/97, pelas alíquotas de 25% e 8%, respectivamente, que estarão vigentes quando da realização desses créditos;
- j) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- k) A Companhia reconheceu, em 1999, na rubrica "Receita não operacional", crédito tributário no montante de R\$3.416, referente às diferenças de recolhimentos do PASEP. Em 31 de dezembro de 2000 o saldo remanescente a compensar de R\$4.248 (R\$4.119 em 1999), está incluso na rubrica "Outros" no ativo realizável a longo prazo e vem sendo compensado com as contribuições mensais do PIS;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;

- m) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- n) As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, estão sendo apresentadas reclassificadas para fins de comparação com o exercício atual.

4 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora e controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro, conforme segue:

	Participação % sobre capital total			
	2000		1999	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pbpart Ltda	99,99	-	99,99	-
CELB	-	81,16	-	75,26
Pbpart - SE 1 S/A	99,99	-	-	-
Pbpart - SE 2 Ltda	-	99,99	-	-
SAELPA	-	74,29	-	-

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as Companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações contábeis consolidadas.

Como o investimento na SAELPA foi adquirido em 30 de novembro de 2000, as demonstrações do resultado e das origens e aplicações de recursos, consolidadas, refletem apenas as operações dessa controlada, ocorridas no mês de dezembro de 2000.

A seguir, conciliação do resultado da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 1999:

Controladora	Resultado do exercício
Equivalência patrimonial sobre valores registrados nos patrimônios líquidos das controladas	(10.188)
Consolidado	7
	<u>(10.181)</u>

O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2000 e 1999 e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, não apresentam diferenças entre a controladora e o consolidado.

5 Consumidores e concessionárias

a) Controladora

Classes de consumo	Saldos vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos De 90 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total	
						2000	1999
Residencial	4.330	3.432	1.465	774	4.266	14.267	12.968
Industrial	616	820	514	99	489	2.538	2.845
Comércio, serviços e outras atividades	813	957	560	658	1.505	4.493	5.152
Rural	105	448	646	597	6.500	8.296	6.018
Poder público:							
Federal	136	206	209	141	907	1.599	1.548
Estadual	115	349	223	35	282	1.004	972
Municipal	23	133	149	197	1.232	1.734	1.679
Iluminação pública	245	624	1.094	1.241	5.595	8.799	7.532
Serviço público	522	709	152	90	183	1.656	1.242
Subtotal – consumidores	6.905	7.678	5.012	3.832	20.959	44.386	39.956
Concessionárias	3.477	-	-	-	-	3.477	1.100
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	11.408	9.819
Total	10.382	7.678	5.012	3.832	20.959	59.271	50.875

b) Consolidado

Classes de consumo	Saldos vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos De 90 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total	
						2000	1999
Residencial	9.305	10.185	6.201	3.803	19.491	48.985	14.382
Industrial	6.530	2.084	1.884	1.521	14.452	26.471	5.624
Comércio, serviços e outras atividades	3.290	3.019	2.446	1.785	8.708	19.248	6.019
Rural	507	835	1.028	933	9.564	12.867	6.273
Poder público:							
Federal	595	533	653	588	3.866	6.235	1.739
Estadual	783	543	426	309	6.094	8.155	1.128
Municipal	480	355	534	846	4.540	6.755	1.746
Iluminação pública	1.308	1.211	2.015	2.717	29.146	36.397	7.661
Serviço público	1.590	1.829	242	118	427	4.206	1.308
Subtotal – consumidores	24.388	20.594	15.429	12.620	96.288	169.319	45.880
Concessionárias	18.454	-	-	-	5.542	23.996	1.100
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	23.259	11.489
Outros valores a receber de consumidores	1.071	50	125	252	581	2.079	-
Total	43.913	20.644	15.554	12.872	102.411	218.653	58.469

Dos montantes de R\$3.477 na controladora e R\$23.996 no consolidado, apresentados nos quadros anteriores como concessionárias, R\$2.308 na controladora e R\$22.250 no consolidado, compreendem os volumes de energia comercializados no Mercado Atacadista de Energia (MAE), cujas atividades foram iniciadas em julho de 1999. Estes saldos foram apurados de acordo com o extrato fornecido pelo próprio MAE, com o volume de energia comercializado até agosto de 2000 e, adicionalmente, a Administração das Companhias com base nas informações disponibilizadas pelo MAE e divulgadas pela ANEEL, provisionaram o volume de energia comercializado no MAE para os meses de setembro a dezembro de 2000 em um total de R\$422 na controladora e R\$11.939 no consolidado.

6 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Participação em controladas	3.196	157	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	366.129	76.709
Outros	56	54	325	144
	<u>3.252</u>	<u>211</u>	<u>366.454</u>	<u>76.853</u>

Participação em controladas

	2000			
	Pbpart Ltda (*)	Pbpart SE 1 S/A (*)	CELB (**)	SAELPA (**)
Capital social	1	1	12.665	181.401
Quantidade de ações/quotas possuídas (mil)	1	1	103	543.222
Participação (%)	99,99	99,99	81,16	74,29
Lucro líquido do exercício	394	2.644	2.255	6.664
Patrimônio líquido	551	2.645	17.160	108.209
Equivalência patrimonial	394	2.644	1.660	4.951
Investimentos	551	2.645	13.927	80.388

(*) controlada direta

(**) controlada indireta

O lucro líquido da Saelpa, refere-se ao mês de dezembro de 2000.

Movimentação dos investimentos:

	Pbpart Ltda	Pbpart SE 1 S/A	Total	
			2000	1999
Saldo inicial	157	-	157	-
Integralização de capital / dividendos / juros sobre capital próprio	-	1	1	1
Equivalência patrimonial	394	2.644	3.038	156
Saldo final	<u>551</u>	<u>2.645</u>	<u>3.196</u>	<u>157</u>

Movimentação dos ágios - consolidado

	2000			1999
	Pbpart Ltda	Pbpart SE 2 Ltda	Total	Pbpart Ltda
Saldo inicial	76.709	-	76.709	-
. constituição por aquisição de ações	349	290.295	290.644	76.709
. amortização	(552)	(672)	(1.224)	-
Saldo final	<u>76.506</u>	<u>289.623</u>	<u>366.129</u>	<u>76.709</u>

7 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Controladora		Consolidado	
		2000	1999	2000	1999
Em serviço:					
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações	4,86 a 5,29	178.244	162.501	437.033	189.724
Comercialização	4,03 a 4,06	24.512	24.151	68.281	30.546
Administração	10,16 a 15,35	13.962	12.191	23.893	14.319
		<u>216.718</u>	<u>198.843</u>	<u>529.207</u>	<u>234.589</u>
Depreciação acumulada:					
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		(62.913)	(55.332)	(157.000)	(65.172)
Comercialização		(7.681)	(6.695)	(24.337)	(9.264)
Administração		(4.029)	(3.060)	(7.293)	(3.960)
		<u>(74.623)</u>	<u>(65.087)</u>	<u>(188.630)</u>	<u>(78.396)</u>
Em curso:					
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		28.735	19.638	41.488	21.036
Comercialização		865	141	2.540	215
Administração		6.844	3.440	7.988	3.445
		<u>36.444</u>	<u>23.219</u>	<u>52.016</u>	<u>24.696</u>
Subtotal		<u>178.539</u>	<u>156.975</u>	<u>392.593</u>	<u>180.889</u>
Ágio de empresa incorporada		538.012	538.012	538.012	538.012
Amortização acumulada		(23.371)	(10.424)	(23.371)	(10.424)
Subtotal		<u>514.641</u>	<u>527.588</u>	<u>514.641</u>	<u>527.588</u>
Total		<u>693.180</u>	<u>684.563</u>	<u>907.234</u>	<u>708.477</u>

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações, utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

8 Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Custo de aquisição de softwares	1.200	1.200	2.150	1.200
Amortização acumulada	(400)	(160)	(448)	(160)
Total	800	1.040	1.702	1.040

9 Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com a Instrução Geral nº 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e , a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo Imobilizado em Curso, os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Encargos financeiros contabilizados no resultado	33.564	51.539	50.518	53.047
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(2.592)	(4.529)	(2.592)	(4.529)
Líquido	30.972	47.010	47.926	48.518

10 Empréstimos e financiamentos

	Controlada		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
.Em moeda nacional, com juros de até 6% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Banese, Finame e BNDES)	226.342	195.522	228.367	195.523
.Em moeda nacional, com juros de até 4 % a.a. e atualização monetária com base na TJLP (BNDES)	-	-	50.877	44.165
.Em moeda nacional, com juros de até 6,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da Finel, RGR e IGPM (Eletrobrás)	6.703	6.001	27.856	6.926
.Em moeda nacional, com juros de até 6% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-M (Prefeitura Municipal de Campina Grande)	-	-	25.976	44.531
.Em moeda nacional, com juros de 3% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-M (Estado da Paraíba)	-	-	219.445	-
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação do IGPDI (Funasa)	-	-	6.973	-
.Em moeda nacional, com juros de até 10% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Inergus)	12.829	12.382	12.829	12.382
.Em moeda nacional, com juros de 0,55% a.m. acima da taxa de CDI (Banco Mercantil)	-	1.003	-	1.003
.Em moeda nacional, com juros de 10% a.a. acima da variação do taxa do CDI em 2000 e 1,82% a.m. para o ano de 1999(Banco Bradesco)	225	2.011	4.037	2.011
.Em moeda nacional, com juros de 7% a.a. acima da taxa do CDI (Banco Real)	-	2.044	-	2.044
.Em moeda nacional, com juros de 14% a.a. (Banco BNL)	7.846	-	7.846	-
.Em moeda nacional, com juros de 0,50% a.m. acima da taxa CDI (Banco Santos)	5.041	-	5.041	-
. Total moeda nacional	258.986	218.963	589.247	308.585
.Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 12,1925% a.a.mais variação cambial (Unibanco)	-	-	9.777	-
.Em moeda estrangeira (US\$), com juros de até 12,5% a.a. mais variação cambial (Banco Real)	3.707	9.206	3.707	9.206
. Total moeda estrangeira	3.707	9.206	13.484	9.206
Total Geral	262.693	228.169	602.731	317.791
.Parcela de curto prazo	57.730	61.227	325.115	73.002
.Parcela de longo prazo	204.963	166.942	277.616	244.789

Os financiamentos obtidos junto ao Banese, BNDES, Eletrobrás estão garantidos com vinculação da receita da Energipe, Celb e Saelpa.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

O financiamento obtido pela Pbpart Ltda. junto ao BNDES, no montante de R\$50.877, para aquisição do controle acionário da Companhia Energética da Borborema – CELB, está garantido pela caução das próprias ações adquiridas.

O financiamento obtido junto a Prefeitura Municipal de Campina Grande, pela Pbpart Ltda., está garantido pela caução de 3.495.000 ações ordinárias do capital da Energisa S/A, de propriedade da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.

O financiamento obtido pela Pbpart - SE 2 Ltda., junto ao Estado da Paraíba, referente a aquisição do controle acionário da Saelpa, esta garantido por caução de 14.854.300 ações ordinárias do capital da Energisa S/A de propriedade da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
2001	-	41.435	-	83.916
2002	57.286	37.252	72.660	46.067
2003	57.004	36.867	73.111	42.346
2004	55.512	35.700	71.522	41.115
2005	23.808	12.785	39.756	20.664
2006	5.579	2.903	9.140	10.681
Após 2006	5.774	-	11.427	-
	<u>204.963</u>	<u>166.942</u>	<u>277.616</u>	<u>244.789</u>

11 Obrigações vinculadas à concessão

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Contribuições do consumidor	14.691	12.422	34.575	21.890
Reserva para reversão	302	302	302	302
	<u>14.993</u>	<u>12.724</u>	<u>34.877</u>	<u>22.192</u>

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da Empresa.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da concessionária, incidindo, sobre o saldo, juros de 5% a.a.

Para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, essas contas, bem como os ativos correspondentes não devem ser considerados por não se tratarem de dívidas efetivas.

12 Imposto de renda e contribuição social

A receita de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.191)	(14.954)	(4.191)	(14.954)	2.288	(16.053)	2.288	(16.053)
Adições (exclusões) permanentes	(2.597)	710	(1.395)	1.560	3.724	(1.756)	4.867	1.819
Base de cálculo	(6.788)	(14.244)	(5.586)	(13.394)	6.012	(17.809)	7.155	(14.234)
Alíquotas fiscais	25%	25%	9%	12%	25%	25%	9%	12%
Imposto de renda e contribuição social	1.697	3.561	503	1.607	(1.503)	4.452	(644)	1.708
Diferença de adicional de alíquota fiscal	-	(24)	(62)	(402)	24		(75)	(187)
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores	-	-	-	24	11	(5)	(55)	24
Incentivo fiscal (4% PAT e operações culturais)	-	-	-	-	36	46	-	-
Constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	11.492	-	2.322	-	11.492	-	2.322	-
Receita de imposto de renda e contribuição social	13.189	3.537	2.763	1.229	10.060	4.493	1.548	1.545

(*) A contribuição social foi calculada no exercício de 2000 às alíquotas de 12% em janeiro e de 9% a partir de fevereiro. Em 1999, 8% até abril e 12% a partir de maio.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro, a Companhia e suas controladas possuíam créditos tributários a compensar, relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme natureza e valores a seguir discriminados:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999
Prejuízo fiscal/base negativa	45.945	8.664	37.476	7.811	162.155	9.409	122.970	8.556
Provisão para contingências	5.754	248	-	654	92.271	1.281	86.517	1.687
Provisão de tributos e contribuições em discussão judicial	12.911	5.624	-	5.624	16.744	8.381	3.325	8.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.769	-	6.769	-	35.903	810	35.903	810
Déficit atuarial Deliberação CVM nº371	12.647	-	12.647	-	46.553	-	46.553	-
Outros	3.167	-	-	-	19.796	-	662	-
Total	87.193	14.536	56.892	14.089	373.422	19.881	295.930	19.529
Alíquota aplicada	25%	25%	8%	9%	25%	25%	8%	9%
Créditos tributários (Imposto de renda e contribuição social)	21.799	3.634	4.551	1.268	93.356	4.970	23.674	1.758

A Administração das Companhias baseada nas projeções de resultados futuros, estimam realizar estes créditos nos próximos 10 anos.

Imposto de renda diferido no consolidado

Composição do imposto de renda diferido	2000		1999	
Lucro inflacionário de anos anteriores	4.186	738	4.872	859
Realização do exercício	(686)	(121)	(686)	(121)
Base de cálculo	3.500	617	4.186	738
Alíquota fiscal	25%	6%	25%	6%
Imposto de renda diferido	851	37	1.023	44

13 Capital social - controladora

Em Assembléia Geral Extraordinária de 23 de outubro de 2000, foi aprovado o grupamento das ações em que se divide o capital social da Companhia na proporção de 1.000 (mil) ações por 1 (uma) ação nova da mesma espécie, classe e forma.

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 42.341 (42.341.885 em 1999) ações ordinárias e 2.388 (2.388.661 em 1999) ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% a.a.

O estatuto determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

14 Dividendos/Juros sobre o capital próprio

O lucro líquido do exercício, no montante de R\$11.761, será absorvido pelos prejuízos acumulados existentes em 31 de dezembro de 2000 e pelo reconhecimento do ajuste do déficit atuarial, em conformidade com a Deliberação Deliberação CVM nº 371 e o art. 189 da lei 6.404/76.

A administração da controlada indireta CELB propôs, para deliberação em Assembléia Geral Ordinária, o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$548 (R\$625 em 1999), a serem atribuídos aos dividendos do exercício.

Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, os valores desses juros pagos/recebidos estão sendo revertidos na demonstração de resultado em contrapartida à conta de investimento no ativo permanente.

15 Reserva estatutária

Constituída pelo montante dos lucros remanescentes, após constituição de outras reservas e da distribuição de dividendos, destina-se à ampliação e renovação de instalações e investimentos.

16 Transações com partes relacionadas

Apresentamos os saldos das operações efetuadas :

	2000					1999				
	Cia. Força e Luz Cataguazes -Leopoldina	Pbpart Ltda.	Pbpart SE 1 S/A	Energisa	CELB	Cia. Força e Luz Cataguazes -Leopoldina	Pbpart Ltda.	CELB	Energisa	
Coligadas controladas e	(11.338)	-	-	(589)	(4.085)	(49.915)	-	-	(1.039)	
Créditos com empresas ligadas	-	90.000	147.925	-	-	2.488	2.131	16	-	
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	(260.189)	-	-	-	-	-	
Serviços contratados (despesa)	(540)	-	-	-	-	(415)	-	-	-	
Aquisição de softwares (diferido)	-	-	-	-	-	1.200	-	-	-	
Receita (despesa) financeira	2.352	-	-	(140)	142	(5.979)	-	-	-	

As transações são remuneradas a 90% do CDI, conforme contrato de abertura de crédito firmado em janeiro de 1999, com vencimento em 31 de dezembro de 2001.

Os serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio e a aquisição de softwares de sistema integrado corporativo de planejamento e gestão de recursos, foram realizados em condições usualmente praticadas no mercado.

As transações estão suportadas por contratos que foram submetidos ao conhecimento e aprovação da ANEEL, foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado.

17 Fornecimento de energia elétrica

a) Controladora

	2000			1999		
	Não auditado					
	Nº de consumidores	MWh (**)	R\$ (**)	Nº de consumidores	MWh (**)	R\$ (**)
Residencial	345.891	468.635	89.758	346.062	469.592	81.366
Industrial	3.383	735.130	49.746	3.412	693.639	43.241
Comercial	25.694	256.866	42.396	25.944	245.137	36.626
Rural	2.802	63.858	5.475	2.551	72.355	5.313
Poder Público:						
Federal	81	15.964	2.395	231	15.691	1.334
Estadual	3.255	32.116	4.819	868	31.543	3.171
Municipal	547	14.945	2.240	2.723	14.675	3.731
Iluminação Pública	549	86.268	7.732	597	87.435	6.880
Serviço Público	321	112.917	7.759	307	100.362	6.424
Consumo Próprio	45	1.567	-	40	1.638	-
Subtotal	382.568	1.788.266	212.320	382.735	1.732.067	188.086
ICMS	-	-	(32.160)	-	-	(28.581)
Suprimento	3	181.192	9.912	3	160.076	6.161
Fornecimento não faturado (líquido)	-	3.346	1.590	-	7.774	795
Outras receitas	-	-	2.885	-	-	1.175
Total	382.571	1.972.804	194.547	382.738	1.899.917	167.636

b) Consolidado

	2000			1999		
	Não auditado					
	(*) Nº de consumidores	MWh (**)	R\$ (**)	Nº de consumidores	MWh (**)	R\$ (**)
Residencial	1.076.960	653.285	121.162	439.190	479.351	82.976
Industrial	8.348	1.054.912	73.273	3.895	714.311	44.691
Comercial	87.667	353.738	56.864	36.320	250.872	37.460
Rural	32.045	87.413	7.409	16.901	73.761	5.430
Poder Público:						
Federal	497	26.139	3.768	281	16.173	1.390
Estadual	5.200	38.720	5.836	997	31.786	3.200
Municipal	7.575	19.453	2.948	3.198	14.945	3.763
Iluminação Pública	1.304	116.070	10.530	634	89.106	7.017
Serviço Público	949	128.966	9.303	337	100.694	6.458
Consumo Próprio	221	2.035	-	40	1.638	-
Subtotal	1.220.766	2.480.731	291.093	501.793	1.772.637	192.385
ICMS	-	-	(44.980)	-	-	(29.227)
Suprimento	12	205.727	23.547	3	160.076	6.161
Fornecimento não faturado (líquido)	-	97.096	2.985	-	7.774	692
Outras receitas	-	-	3.851	-	-	1.309
Total	1.220.778	2.783.554	276.496	501.796	1.940.487	171.320

(*) Somatório de consumidores da Energipe, CELB e Saelpa.

(**) Inclui 01 mês de faturamento da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa em 2000 e da Companhia Energética da Borborema – CELB em 1999.

18 Remuneração dos Administradores.

A rubrica “Despesas de pessoal” inclui o montante de R\$2.151 (R\$1.627 em 1999), na controladora, R\$2.971 (R\$1.659 em 1999) no consolidado, referente a remuneração dos administradores.

19 Provisões para Contingências

a) Controladora

Contingências	2000			1999		
	Valor da provisão		Depósitos e Cauções vinculados	Valor da provisão		Depósitos e cauções vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	-	3.525	3.849	-	3.525	2.202
Cíveis						
Consumidores	-	260	-	-	260	-
Outros	-	1.969	201	-	1.969	201
Subtotal	-	2.229	201	-	2.229	201
Fiscais						
INSS	-	-	997	-	-	-
Cofins	7.653	13.665	11.101	5.464	6.012	5.377
Subtotal	7.653	13.665	12.098	5.464	6.012	5.377
TOTAL	(*) 7.653	19.419	16.148	(*) 5.464	11.766	7.780

(*) Deste montante, R\$6.801 (R\$5.464 em 1999) está contabilizado como deduções a receita operacional e R\$852 como outras despesas financeiras.

b) Consolidado

Contingências	2000			1999		
	Valor da provisão		Depósitos e cauções vinculados	Valor da provisão		Depósitos e Cauções vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	-	47.652	12.048	343	3.968	2.480
Cíveis						
Consumidores	-	26.758	-	50	460	-
Outros	-	1.969	201	-	1.969	201
Subtotal	-	28.727	201	50	2.429	201
Fiscais						
Cofins	8.159	18.084	11.101	5.961	6.509	5.377
ICMS	-	2.679	-	-	-	-
INSS	1.205	10.977	997	1.440	1.440	-
Outros	-	4.121	-	-	-	-
Subtotal	9.364	35.861	12.098	7.401	7.949	5.377
TOTAL	(*) 9.364	112.240	24.347	(*) 7.794	14.346	8.058

(*) Deste montante, R\$6.801 (R\$5.464 em 1999) está contabilizado como deduções à receita operacional, R\$738 (R\$1.051 em 1999) em despesa de pessoal, R\$1.279 em 1999 como provisão para contingências e R\$1.825 em outras despesas financeiras.

Os saldos da controlada indireta SAELPA, refletem apenas as operações ocorridas no mês de dezembro de 2000.

20 Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

21 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A Companhia e suas controladas não operam com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

22 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora do Instituto Energipe de Seguridade Social – Inergus, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios previdenciários aos seus empregados. O Inergus adota o “Plano de Benefício Definido” e o “Regime Financeiro de Capitalização” para o cálculo e acumulação dos recursos necessários ao seu plano previdenciário. O plano de suplementação de aposentadoria e pensão é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar as reservas necessárias e honrar os compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A Companhia contribui mensalmente com 7,53% sobre a sua folha de pagamento, e a despesa do exercício, referente a esta contribuição montou a R\$1.283 (R\$1.146 em 1999).

Em 31 de dezembro de 1999, o Inergus apresentava déficit técnico de R\$12.349, que de acordo com o parecer do atuário independente, constante da Demonstração dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefício – DRAA, do exercício de 1999, emitida em 5 de fevereiro de 2000, representa um desequilíbrio atuarial, de natureza estrutural, que necessitava ser equacionado com a maior brevidade.

A Administração da Companhia vinha mantendo entendimentos com a Administração do Inergus no sentido de se eliminar o déficit existente, o que ocorreu, definitivamente, em 31 de agosto de 2000, com a aprovação final pela Secretaria de Previdência Complementar do novo Regulamento Básico e do Estatuto da entidade.

O saneamento em questão, através do qual se planejou a recuperação do Instituto em um horizonte de dez anos, envolveu alterações significativas no regulamento do Plano, destacando-se as seguintes: (i) desvinculação dos seus benefícios daqueles concedidos pela previdência social, (ii) majoração suave e gradativa da contribuição dos participantes e da patrocinadora, (iii) alteração da fórmula de cálculo do salário real de benefício, (iv) incremento no valor da jóia no caso de inclusão de novos beneficiários, (v) ligeiro acréscimo na idade prevista para a elegibilidade aos benefícios e (vi) revisão dos benefícios concedidos em desacordo com a legislação superveniente.

Ao final do de 2000, o Inergus apresentou um déficit de R\$12.647, refletindo, ainda, muito pouco as alterações implementadas, o que se explica em função dos seguintes motivos principais: (i) as alterações entraram em vigor apenas a partir do mês de setembro do corrente exercício; (ii) os ativos de renda variável tiveram uma rentabilidade negativa no

período; (iii) a revisão dos benefícios concedidos ainda está sendo analisada com vistas a uma implementação nos estritos limites da legislação vigente.

Conforme facultado pela Deliberação nº 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a Companhia constituiu uma provisão para cobertura do referido déficit atuarial do Inergus. O montante de R\$12.647, relativo a provisão e os correspondentes efeitos tributários de R\$4.173, foram registrados diretamente no Patrimônio Líquido, não impactando o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2000.

Em 31 de dezembro, a composição do plano patrocinado pela Companhia era como segue:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Reservas matemáticas		
Benefícios concedidos	39.857	37.236
Benefícios do plano	39.857	37.236
Benefícios a conceder	5.683	6.532
Benefícios do plano com geração atual	19.696	17.269
Outras contribuições da geração atual	(14.013)	(10.737)
Total reservas matemáticas – passivo atuarial	<u>45.540</u>	<u>43.768</u>
Déficit acumulado	(12.349)	(15.991)
Superávit (déficit) técnico	(298)	3.642
Déficit acumulado	<u>(12.647)</u>	<u>(12.349)</u>
Reservas técnicas	<u>32.893</u>	<u>31.419</u>

A Companhia possui, ainda, um passivo com o Inergus, no montante de R\$12.829 (R\$12.382 em 1999), oriundo de contribuições não revertidas em anos anteriores, o qual vem sendo pago em parcelas mensais, desde 30 de janeiro de 1998, num total de 144 parcelas.

A Controlada, Companhia Energética da Borborema – CELB, é patrocinadora de um plano de complementação de aposentadoria, gerido pela BB Previdência, que tem por finalidade principal assegurar aos seus empregados a prestação de benefícios complementares ou assemelhados aos concedidos pela previdência oficial.

É adotado o “Plano de Benefício Definido” e o “Regime Financeiro de Capitalização” para o cálculo e acumulação de recursos necessários ao plano previdenciário.

A CELB contribui mensalmente com 3,4 % sobre a sua folha de pagamento e a despesa do exercício, referente a esta contribuição montou em R\$180 (R\$228 em 1999).

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, com o objetivo de se verificar se as contribuições estão sendo suficientes para a formação das reservas necessárias para o pagamento dos benefícios em curso e futuros.

O plano apresentou superávit técnico no valor de R\$1.126 (R\$104 em 1999), conforme parecer atuarial constante do “Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios”.

Em 31 de dezembro de 2000, a posição atuarial do plano patrocinado pela CELB era como segue:

Reservas Matemáticas	
Benefícios concedidos	64
Benefício do plano	<u>64</u>
Benefícios a conceder	5
Benefícios do plano com geração atual	3.852
Outras contribuições da geração atual	<u>(3.847)</u>
Total reservas matemáticas - Passivo atuarial	<u>69</u>
Fundo de garantia (Ativos)	<u>1.195</u>
Superávit acumulado	<u><u>1.126</u></u>

A Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa, por sua vez, é patrocinadora da Fundação Saelpa de Seguridade Social – Funasa, entidade fechada de previdência privada, que também adota o “Plano de Benefício Definido” em “Regime Financeiro de Capitalização” para o cálculo e acumulação dos recursos necessários ao seu plano previdenciário.

Em dezembro de 1999, a Funasa apresentava um déficit atuarial de R\$39.207. Em 27 de novembro de 2000, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou uma série de alterações no Estatuto e no Regulamento Básico da Entidade com vistas ao equacionamento do déficit existente, as quais passaram a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2000.

Dentre as várias medidas saneadoras, destacam-se as seguintes: (i) desvinculação dos benefícios oferecidos pela Entidade dos Benefícios da Previdência Social; (ii) fixação da paridade de contribuições normais entre patrocinadora e participantes; (iii) alteração na fórmula de cálculo dos benefícios a serem concedidos, com redução dos benefícios; (iv) aumento da idade para a elegibilidade aos benefícios; (v) aumento da contribuição normal dos participantes ativos; (vi) adoção de uma contribuição adicional, a cargo da patrocinadora, de 13,8% sobre a folha de salários de participantes ativos e assistidos, para a solução do déficit atuarial remanescente.

Conforme facultado pela Deliberação nº 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a Saelpa constituiu uma provisão para cobertura do déficit atuarial da Funasa de R\$33.489, apurado por atuários independentes, em 31 de dezembro de 2000. Desse total, R\$31.102 foram registrados pela Funasa como Reservas a amortizar, no grupo patrimonial de Reservas Técnicas, por conta da contribuição adicional, a cargo da patrocinadora, de 13,8% sobre a folha de salários dos participantes. O total do déficit, de R\$33.489, e os correspondentes efeitos tributários de R\$11.051, foram registrados diretamente no patrimônio líquido, não impactando o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2000 dessa controlada.

Segue a posição atuarial do plano patrocinado pela Saelpa:

	2000
Ativo líquido do plano	<u>50.394</u>
Reservas matemáticas	<u>52.781</u>
Benefícios concedidos	42.974
Benefícios a conceder	40.909
Déficit técnico(*)	(33.489)

(*) Desse montante, R\$31.102 foi renegociado com a patrocinadora e registrado pela Funasa como Reserva a amortizar.

A Saelpa possui, ainda, um passivo com a Funasa, no montante de R\$6.973, oriundo de contribuições não revertidas em anos anteriores, o qual vem sendo pago em parcelas mensais, desde 31 de março de 1996, no total de 120 parcelas.

23 Contrato de concessão de distribuição

Em 23 de novembro de 1997, foi assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Contrato de Concessão de Distribuição n.º 07/1997, que outorga à Companhia, a concessão de distribuição de energia elétrica em 63 municípios do Estado de Sergipe, pelo prazo de 30 anos.

A controlada, Companhia Energética da Borborema – CELB, assinou em 4 de fevereiro de 2000, o Contrato de Concessão n.º 08/2000 – ANEEL, em que o Poder Concedente outorgou a concessão de distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato.

Através de Decreto Presidencial de 15 de janeiro de 2001, foi outorgado a Saelpa a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos.

O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

24 Resultado por atividade

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL, apresentamos as demonstrações dos resultados da atividade de distribuição e da atividade atípica – participação societária permanente.

	2000			1999		
	Não auditado			Distribuição	Atividades Atípicas	Total
	Distribuição	Atividades Atípicas	Total			
Receita operacional						
Fornecimento de energia elétrica	213.910	-	213.910	188.881	-	188.881
Suprimento	9.912	-	9.912	6.161	-	6.161
Outras receitas	2.885	-	2.885	1.175	-	1.175
	226.707	-	226.707	196.217	-	196.217
Deduções à receita operacional						
Quota reserva global de reversão	2.524	-	2.524	2.324	-	2.324
Impostos e contribuições sobre a receita	40.446	-	40.446	35.572	-	35.572
	42.970	-	42.970	37.896	-	37.896
Receita operacional líquida	183.737	-	183.737	158.321	-	158.321
Despesas operacionais						
Pessoal	23.600	-	23.600	22.263	-	22.263
Material	3.885	-	3.885	2.856	-	2.856
Serviços de terceiros	11.671	-	11.671	6.997	-	6.997
Energia elétrica comprada para revenda	77.534	-	77.534	67.387	-	67.387
Transporte de potência elétrica	13.484	-	13.484	6.352	-	6.352
Quota para a conta de consumo de combustível	6.132	-	6.132	2.802	-	2.802
Depreciação e amortização	10.497	-	10.497	9.708	-	9.708
Provisões	-	-	-	2.648	-	2.648
Outras despesas	15.106	-	15.106	2.004	-	2.004
	161.909	-	161.909	123.017	-	123.017
Resultado do serviço	21.828	-	21.828	35.304	-	35.304
Equivalência patrimonial	-	3.038	3.038	-	156	156
Amortização de ágio	-	(12.947)	(12.947)	-	(7.427)	(7.427)
Resultado financeiro	7.192	(23.237)	(16.045)	(13.151)	(33.237)	(46.388)
Resultado operacional	29.020	(33.146)	(4.126)	22.153	(40.508)	(18.355)
Resultado não operacional	(65)	-	(65)	3.401	-	3.401
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, Imposto de renda, e reversão dos juros sobre capital próprio.	28.955	(33.146)	(4.191)	25.554	(40.508)	(14.954)
Contribuição social	(604)	3.367	2.763	(3.113)	4.342	1.229
Imposto de renda	4.167	9.022	13.189	(6.605)	10.142	3.537
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	32.518	(20.757)	11.761	15.836	(26.024)	(10.188)
Lucro líquido (prejuízo) por ação –R\$	727,00	(464,06)	262,94	0,35	(0,58)	(0,23)

25 Evento Subseqüente

A Energipe assinou um Contrato de Participação e um Acordo de Acionistas com Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. ("Alliant"), nos quais constam que essa última participará com até 49,9% do capital votante e total da PBPART-SE 1 S/A, empresa especialmente constituída para proceder a aquisição da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA, cujo controle foi adquirido em leilão de privatização em 30 de novembro de 2000.

No referido Contrato de Participação estão previstos aportes de capital na PBPART-SE 1 S/A, por parte da Alliant, de montante equivalente a até US\$110 milhões , a serem efetivados em diversas etapas em até janeiro de 2002, sendo que R\$118.338, foram capitalizados em 31 de janeiro de 2001.

Esta capitalização demonstra a intenção dos acionistas em continuar dando apoio financeiro a Companhia, com o intuito de manter o equilíbrio do capital circulante líquido que, em 31 de dezembro de 2000, apresentava-se negativo em R\$12.741 (R\$217.556 no consolidado).

A controlada indireta Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA implementou um plano de demissão voluntária (PDV) em fevereiro de 2001, que tem como objetivo reestruturar seu quadro funcional. Em 30 de novembro de 2000 a controlada registrou uma provisão num montante de R\$12.100, tomando-se por base os custos estimados com o PDV.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Empresa Energética de Sergipe S.A. - Energipe:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A. – ENERGIPE e controladas em 31 de dezembro de 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Empresa Energética de Sergipe S.A. – Energipe e controladas em 31 de dezembro de 2000 e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(4) As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 3 de março de 2000, não continha ressalvas.

Aracaju, 20 de fevereiro de 2001

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-SE

Mauro Moreira
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC-1-RJ-072-056/0-S